

Brasil paga mais por energia elétrica

Consumidores têm de ficar atentos ao sistema de bandeiras tarifárias, que vigora desde janeiro, e a medidas de economia para enfrentar o reajuste nas contas de luz, que ontem tiveram aumento médio de 23,4%

Milena Galdino

Em 2001 o Brasil passou por um racionamento de energia. Quem dava festa era obrigado a alugar gerador para não correr risco de deixar os convidados no escuro. Em noites normais, algumas famílias deixavam de acender lâmpadas, optando por lanternas ou lampiões. Outras aposentaram o chuveiro elétrico e instalaram aquecimento solar.

Catorze anos depois, o fornecimento de energia volta a preocupar. O primeiro alerta veio nas contas de luz. Além de valores mais altos, elas passaram a trazer o sistema de bandeiras tarifárias, que indicam a cobrança ou não de taxa adicional em função das condições da geração de eletricidade no país (*leia texto no canto superior direito*).

Ontem passou a valer a revisão extraordinária das tarifas, com aumento de 23,4% nas contas de energia, em média. Ao todo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o reajuste das tarifas de 58 das 63 distribuidoras de energia do país. Para os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a alta é de 28,7%, na média — 4,5 vezes maior que a aplicada para aqueles que vivem em estados do Norte e Nordeste, que será de 5,5%, também na média.

Essa revisão tarifária extraordinária, que independe dos reajustes anuais, é uma possibilidade prevista nos contratos de concessão das distribuidoras para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato quando as empresas não têm fôlego financeiro para esperar os aumentos normais.

As hidrelétricas têm obrigação contratual de fornecer uma



Frank Kellner

Custo da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu é repassado apenas às contas de luz de moradores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que terão reajuste 4,5 vezes maior que os habitantes do Norte e Nordeste

quantidade definida de energia. Caso não consigam gerar o montante com que se comprometeram, devem comprar a diferença. Com a seca, o custo da energia no mercado de curto prazo subiu muito além do preço final de venda ao consumidor.

— As distribuidoras estão comprando por um preço mais alto e vendendo por um preço mais baixo. O prejuízo é grande — explicou o consultor do Senado para a área de minas e energia Luiz Alberto Bustamante.

Reservatórios

Principal fonte de energia do país, as hidrelétricas exis-

tentes estão com os reservatórios muito baixos pela falta de chuvas. E a construção de novas usinas encontrou a resistência de setores da sociedade contrários à inundação de locais tomados pelas águas represadas.

Além disso, os leilões de energia feitos para as distribuidoras atenderem seus clientes não surtiram o efeito desejado. Como consequência, elas precisaram comprar energia cara no mercado de curto prazo, o que reflete na conta de luz.

— O custo é elevado, mas foi baixo durante muito tempo — diz o senador Edison Lobão

(PMDB-MA), que foi ministro de Minas e Energia no governo Lula e durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Para ele, o que está acontecendo é uma readequação dos preços.

Lobão ressaltava a importância da Medida Provisória (MP) 579/2013, que tratava da concessão dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia, com o objetivo de reduzir a conta de luz para os consumidores finais. Segundo ele, se a MP não tivesse sido editada na época, a conta para o cidadão estaria hoje muito mais elevada (*saiba mais no texto ao lado*).

alimentadas com combustíveis fósseis e consomem muita água para geração de vapor e refrigeração. A resistência dessas usinas também preocupa. De acordo com o consultor Luiz Bustamante, elas foram criadas para serem emergenciais, mas operam na capacidade máxima.

— A solução é uma matriz diversificada, com diversas fontes. O Brasil é privilegiado: temos o potencial hidráulico, da biomassa, eólico, solar, nuclear (urânio), agora o petróleo e o gás natural do pré-sal.

Em outros países, houve subsídio à energia eólica e aos painéis fotovoltaicos, feitos com células que absorvem a energia do sol e



Sistema de bandeiras é indicado apenas por escrito em conta de morador do DF

Economize

Oito maneiras de poupar energia em casa

Compre lâmpadas fluorescentes e abandone as incandescentes, que consomem 75% mais energia que aquelas e duram dez vezes menos.

Numa casa, mais da metade do consumo de energia por eletrodomésticos ocorre quando os equipamentos estão desligados. Se estiverem na tomada, ainda que no **modo de espera** (*stand by*), estão puxando energia. Uma solução simples é a ligação das tomadas em régua ou filtros de linha. Se não estiver usando, desligue apenas a régua.

Num país ensolarado como o Brasil, o uso de **energia solar** para aquecer a água é altamente recomendado. Ele pode reduzir cerca de 30% do consumo.

Tomar **banhos** curtos e evite os chuveiros com vazão forte de água e as banheiras.

Ao usar **máquinas de lavar** roupas e louças, espere para juntar o máximo de carga permitido antes de acioná-las.

Ao ligar o aparelho de ar **condicionado**, confira o fechamento de todas as janelas e portas do ambiente. Se possível, instale nas janelas películas que retêm o calor e use ventiladores para reduzir a necessidade de ar condicionado.

Procure comprar eletrodomésticos que tenham **consumo A** no selo Procel, fornecido pelo Inmetro.

Embora ainda não sejam populares, algumas máquinas de lavar roupas já acumulam a função secadora. Contudo, opte pelo **varal** sempre que possível.

Como a bandeira impacta o seu bolso

O sistema de bandeiras tarifárias está em vigor desde janeiro. As cores verde, amarela e vermelha indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Brasil está com as termelétricas ligadas e o repasse do custo adicional chegou às contas de luz. As bandeiras sinalizam o custo de geração da energia elétrica que será cobrada do consumidor, dando a cada família a oportunidade de adaptar seu consumo antes que seja feita a cobrança.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as bandeiras são apenas didáticas. Deixam evidente para o consumidor a parte

variável dos custos de energia elétrica.

É bom lembrar que a bandeira não diz respeito ao consumo de uma moradia, mas ao custo geral de geração naquele momento. Em fevereiro, o país todo apresentava a bandeira vermelha.

A Aneel aumentou essa “taxa extra” nas medições feitas a partir de 1º de março: R\$ 2,50 a cada 100 kWh consumidos em bandeira amarela e R\$ 5,50 a cada 100 kWh consumidos em bandeira vermelha. Até o final de fevereiro eram cobrados R\$ 1,50 e R\$ 3, respectivamente.

Ao receber a conta de luz, o consumidor identifica sua bandeira do mês: verde para custo regular, sem taxa extra; amarela para o adicional; vermelha para

Níveis de alerta

As bandeiras na conta sinalizam o custo de geração da energia elétrica



o custo mais caro. Mas é preciso ficar atento. A indicação da bandeira vem escrita na conta. Não há um destaque visual.

Amazonas, Amapá e Roraima ainda não têm bandeiras porque não estão plenamente conectados ao SIN.

A medida provisória que mudou tudo

As hidrelétricas são concessões do Estado e, quando o contrato acaba, devem ser devolvidas à União. Em 2013, a Lei 12.783, resultante da MP 579, antecipou o fim dos contratos que venceriam em 2017 e os prorrogou sob novas condições, considerando que os concessionários já haviam recuperado o dinheiro investido na construção das hidrelétricas.

A prorrogação foi de 30 anos para as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia hidrelétrica e de 20 para as de geração de energia termelétrica das concessionárias que aceitaram abrir mão de até 70% da remuneração recebida.

Segundo o consultor do Senado em economia Rutelly Marques da Silva, a intenção era forçar a queda do preço para transferir ao consumidor o benefício dos investimentos amortizados. Na conta do consumidor, estimava-se que a redução seria de cerca de 20%, graças à extinção de encargos e pela redução do custo de geração e transmissão.

O percentual chegou a cerca de 16%, já que algumas concessionárias não concordaram com a MP. Outras leis transferiram ao Tesouro Nacional a responsabilidade de arcar com o valor que faltava para chegar aos 20%. As empresas alegam que tiveram prejuízo com a mudança.

Para o senador Edison Lobão, a edição da MP foi acertada.

— A MP foi capaz de reduzir estruturalmente em 20% o valor da conta de luz naquela época. Não tivesse havido aquela redução, a conta de luz hoje estaria

cerca de 80% mais elevada do que está. Portanto, foi um grande bem. Estamos cumprindo rigorosamente o planejamento do setor elétrico. O resultado disso é que nos governos Lula e Dilma houve um acréscimo de cerca de 66% em energias novas no Brasil e redes de transmissão.

De acordo com Lobão, o Brasil não passa por crise.

— Existe energia elétrica para todos. O que está havendo neste momento é o rearranjo dos preços, que há muito tempo não se elevavam — afirma.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Edison Lobão afirma que não há crise, mas apenas um rearranjo de preços

Ajuste fiscal tem reflexo na CDE

No setor elétrico, existe um encargo chamado de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), criado em 2002, após o racionamento de 2001. O dinheiro é usado para pagar a tarifa social para consumidores de baixa renda, universalizar o serviço de energia elétrica, incentivar fontes renováveis e dar descontos na tarifa (subsídios cruzados) para determinados consumidores.

A CDE no começo recebia Uso do Bem Público (UBP) de algumas geradoras que

usam potenciais hidráulicos leiloados durante o governo Fernando Henrique Cardoso e o montante proveniente das multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Por fim, havia uma cota paga pelos consumidores na tarifa de energia.

A MP 579/2013 autorizou o aporte direto de recursos do Tesouro para custear a CDE. Segundo o consultor do Senado Luiz Alberto Bustamante, isso foi feito em 2013 e 2014, mas não se repetirá em 2015 por

causa da crise fiscal. Ele diz que o consumidor arcará com cerca de 90% dos gastos da CDE, uma parcela de US\$ 23 bilhões.

A CDE é, inclusive, a fonte pagadora da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que financia o combustível das termelétricas dos sistemas localizados em estados que não podem receber energia de outras regiões. Os sistemas isolados, a maioria na Região Norte, são abastecidos por termelétricas, independentemente de chuvas ou seca.

Especialistas e senador sugerem investimento na diversificação da matriz energética

Comparado a 2001, o Brasil tem hoje maior capacidade instalada de geração termelétrica — acionada quando a capacidade das hidrelétricas está comprometida. Professor do Departamento de

Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília, Mauro Moura Severino garante que o potencial de geração de energia do país ainda é bem maior que o consumo, mas precisa ser

mais bem explorado.

— O brasileiro não é um grande gastador de energia. Mas o país tem aumentado sua demanda em 5% ao ano e a geração não está crescendo nesse volume — explica Severino.

Com reservatórios secos, o Brasil ligou as termelétricas. O dinheiro gasto para gerar corrente elétrica a partir do movimento da água é bem menor e ecologicamente mais “limpo” que queimar combustíveis — embora o custo de instalação de termelétricas seja menor.

Além disso, a operação das termelétricas emite gás carbônico, enxofre e compostos com nitrogênio, entre outros. Elas são



Helio José destinou R\$ 9 milhões do Orçamento para placas de energia

Orçamento

O senador Hélio José (PSD-DF) está disposto a mostrar o potencial dos painéis. Dos R\$ 10 milhões em emendas

Saiba mais

Lei que prorroga os contratos de geração: <http://bit.ly/ContratosEnergia>

Vídeo de entrevistas com os senadores Edison Lobão e Hélio José: <http://bit.ly/EntrevistasEnergia>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania